

APRESENTAÇÃO

Etnicidades: possibilidades para múltiplas histórias e memórias

Maria Aparecida Bergamaschi¹

As moléculas obedecem a "leis". As decisões humanas dependem das lembranças do passado e das expectativas para o futuro.

Ilya Prigogine

Busco inspiração nas palavras de Prigogine (2000) para iniciar a apresentação da edição número 32 da Revista Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, que tem como tema Etnicidades, compartilhando o sentimento que o reconhecido físico expressa no artigo denominado "Carta para as futuras gerações". O cientista russo, prêmio Nobel de Física em 1977, ao se pronunciar no limiar do novo milênio, anunciando suas expectativas para o século XXI, declara e defende seu otimismo em relação ao futuro. Enumera fatos vivenciados ao longo do século XX e reconhece as catástrofes e os descaminhos da história no decorrer dos novecentos, mas também perfilha a capacidade humana de refazer, de recomeçar. Para tanto, propõe argumentos que podem incentivar nossas ações e contribuir na luta contra os sentimentos de resignação ou impotência diante da história.

Mas, por que trago as palavras proferidas por um físico, no início ano 2000, para apresentar a Revista Cadernos do CEOM, na edição que aborda Etnicidades? Prigogine, apoiado na ciência da complexidade, faz uma analogia entre eventos históricos e bifurcações. Estas aparecem em pontos especiais, nos quais a trajetória, seguida por um sistema, se subdivide em ramos: todos os ramos são possíveis e por isso a incerteza, que advém das múltiplas possibilidades que podem suceder um evento (PRIGOGINE, 1991). Na soleira do século XXI, diante das incertezas

que marcam este tempo e dos eventos que anunciam uma “sociedade de rede”, associada ao acelerado desenvolvimento da tecnologia da informação, manifestando-se acerca dos novos tempos e de suas possibilidades, o físico pergunta: Qual será o resultado dessa bifurcação? Em qual de seus ramos nos encontraremos? E, numa de suas respostas, adverte que a “preservação do pluralismo cultural e o respeito pelo outro exigirá toda a atenção das gerações futuras” (PROGOGINE, 2000)¹. Nesse ponto de argumentação do autor, assento também meu otimismo, já me sentido parte “das gerações futuras” anunciada por ele há mais de uma década. E, a partir daqui, estabeleço a conexão mais direta com o tema que trata este número da revista, cuja variedade de artigos expressa a preocupação e a ocupação de pesquisadores e pesquisadoras com a pluralidade étnica, como uma possibilidade para o “pluralismo cultural” advindo das possibilidades de múltiplas histórias e múltiplas memórias.

Tratar da história do povo Kaingang e dos povos indígenas em geral, dos mestiços, dos caboclos, dos caiçaras, dos quilombolas, teuto-russos, japoneses, chineses e ciganos é o anúncio de um caminho novo na escrita da história, na criação de memórias, na produção das lembranças e do passado. É uma bifurcação produzida no meio acadêmico, no diálogo com a sociedade no importante momento, em que a história única, responsável por inúmeros apagamentos e invisibilidades começa a ser superada. E, sabemos que se anunciam possibilidades, diante de uma prática até a pouco predominante, principalmente se considerarmos a história e a cultura de povos e etnias até então socialmente desprestigiados.

O silêncio, a invisibilidade histórica, o “encobrimento” de temas relevantes, da pluralidade de povos e grupos étnico-culturais que produzem a história, diz respeito a constituição individual e coletiva das pessoas que vivem nesse solo. Escrever histórias é produzir memórias e é, também, uma forma de conferir existência a outros grupos sociais e outros eventos históricos no meio

acadêmico, em consonância aos novos tempos. Imagino que foi essa vontade de “des[em]cobrir” certos temas apagados na história que impulsionou muitas pesquisas expressas nos artigos que compõe este número da Revista Cadernos do CEOM, contribuindo para tornar mais visíveis as presenças indígenas, mestiças, caboclas, caiçaras, quilombolas, teuto-russos, japonesas, chinesas e ciganas na escrita da história. Heidegger (2002, p. 67) diz que “um fenômeno pode-se manter encoberto por nunca ter sido descoberto”. Mas também argumenta o filósofo que o encobrimento pode ocorrer quando um fenômeno parece estar “entulhado”, quando se produz sobre ele um “encobrimento na forma de desfiguração”, que, segundo o autor, é um modo freqüente e perigoso de explicação, “pois as possibilidades de engano e desorientação são particularmente severas e persistentes”.

Nesta publicação são apresentadas possibilidades para superar o apagamento, bem como a desfiguração que deixa aparecer poucas e deformadas informações de muitos grupos sociais, grupos étnico-culturais pouco valorizados na e pela historiografia oficial, que tiveram ao longo da história suas vozes abafadas pela predominância de uma visão eurocêntrica, branca e cristã. Diante desse apagamento histórico a necessidade do “mostrar-se” para que algo exista enquanto um “fenômeno”, afirma Heidegger (2002, p. 59). Nesse sentido, a escrita da história possibilita a existência de povos e etnias que até pouco tempo não figuravam nos livros e nos temas acadêmicos e as escassas referências, em geral, contribuía para o “entulhamento”, visão que pouco contribui para se ter o “pluralismo cultural e o respeito pelo outro”, anunciados por Prigogine.

Zamboni (2008), ao referir alguns desafios que a educação no século XXI nos coloca, alerta para o fato de que os currículos escolares não expressam os paradigmas da cultura contemporânea e ainda não comportam práticas que considerem as diferenças sociais, culturais, étnicas, geracionais, de escolhas sexuais, religiosas, entre outras. Diz a historiadora que os ideais liberais que prometiam

uma escola assentada em princípios democráticos, ainda não se realizou, embora remonte ao século XVIII. “A educação proposta na época atendeu às necessidades da nascente burguesia, forjou uma identidade nacional e contribuiu para a formação do Estado Nacional moderno. Um projeto único e homogêneo de educação significou, na prática, excluir, consolidar distinções e criar ambigüidades” (p. 245).

Diante de tais constatações perguntamos como constituir espaços para pensar a pluralidade ético-cultural na escola e nos currículos de história? Pensamos que esta nova situação faz parte de um movimento que tem, por um lado o protagonismo de grupos sociais e étnico-culturais, com seus intelectuais, suas lideranças; por outro lado observamos também uma tímida mudança nas práticas acadêmicas, tocadas pela necessidade de considerar as diferenças étnico-raciais nas propostas e políticas educacionais. Outro movimento pode ser observado na produção historiográfica e nas pesquisas que apontam outros caminhos, considerando outros grupos sociais, como o que se consolida nessa publicação. Vivemos outrora, tempos em que o predomínio da produção historiográfica se assentou numa narrativa marcada por eventos que encaminhavam a construção “do sentimento de nacionalidade” (BITTENCOURT, 2008), cujos heróis desfilavam nos livros didáticos que apoiavam o ensino da história, no sentido de permanecerem na memória social. A relação intrínseca entre a história produzida e a construção da idéia de nação, do sentimento de civismo foi cultivada em grande parte do século XX, presumindo uma linearidade e uma história única que enaltecia a branquitude, a euro descendência, o monolitismo da sociedade, mesmo que vozes dissonantes fizessem contraponto ao que predominava na época.

No entanto, “a linearidade da história, esse fio vermelho que ela parecia desenrolar, está partido”, diz Balandier (1997, p. 166), sob a constatação de que

a sociedade se tornou complexa demais para que não haja

fissuras, desvios e perversões em sua evolução. Mas esta explicação não é suficiente; a visão linear da história, portadora de uma certa idéia de progresso, se dissolveu a partir do momento em que se impôs o reconhecimento da multiplicidade de culturas, e do fato destas elaborarem 'genealogias' diferentes. A concepção historicista unificadora explodiu sobre o terreno do pluralismo antropológico.

E o autor mostra que nas situações confusas, em que as “cartas parecem embaralhadas”, há uma fecunda possibilidade de mudança, constituída no movimento ordem desordem. Segundo Balandier (1997, p. 11-12), a “desordem não se confunde com a bagunça”, mas, na relação com a ordem, expressa o movimento e que, somado a incerteza, caracteriza a modernidade atual. O autor vai mais longe, ao afirmar que “a desordem torna-se criadora, os períodos de transição exercem uma verdadeira fascinação e são vistos como os tempos, que fazem recuar as fronteiras do impossível, ao longo das quais se realizam as rupturas e os avanços”. Seriam as “bifurcações”, explicadas por Prigogine, eventos que, se considerados, colocam novos alentos na escuta sensível dos movimentos atuais da história e de atores sociais que, de forma silenciosa se fazem ver e ouvir?

Talvez, esse novo contexto, em que as identidades nacionais estão menos valorizadas em detrimento de complexos processos de globalização, em que a pluralidade cultural se insurge para quebrar o pretense monolitismo da história, a produção acadêmica também se atualize. Diz Zamboni (2007, p. 12), que “as complexas mudanças do presente têm afetado nossas vidas” e, conseqüentemente, modificado os códigos valorativos. “A inclusão sócio-cultural de grupos étnicos e culturais que estavam alijados socialmente, o reconhecimento de suas identidades, a valoração de suas memórias e tradições forçou o reconhecimento e aceitação, por parte dos tradicionalmente incluídos, de outros modelos de conduta”. E talvez seja nesse contexto que a história e a cultura dos povos indígenas, mestiços, caboclos, caiçaras, quilombolas, teuto-russos, japoneses, chineses e ciganos desponte como

possibilidade no horizonte escolar e acadêmico e coloque hoje outros desafios para a escola, para a academia e para os movimentos que produzem a memória.

Penso que essas reflexões introduzem os estudos postos neste número da Revista Cadernos do CEOM. Sem dúvida são artigos que contribuem para pensar sobre as lembranças e os esquecimentos que constituem memórias, os diferentes lugares da mirada que produz histórias, os caminhos e descaminhos da cidadania para grupos étnicos pouco valorizados pelo Estado, os processos de identificação e empoderamento [im]perceptíveis na história, os deslocamentos e as migrações. São pesquisas que se debruçam na compreensão das relações interétnicas com enfoque bilateral ou multilateral, que consideram outros atores sociais, as disputas, as sociabilidades que se constituem nesses processos. A abordagem indígena que considera o papel da força de trabalho desses povos no chamado “processo de civilização”, as situações diferenciadas de cada etnia indígena no Brasil, as resistências surdas e silenciosas, mas igualmente fortes, produzidas no cotidiano desses grupos sociais ao longo de séculos de colonização. Mostra também o movimento quilombola e de outros grupos sociais, a cultura que se constitui e permanece como marca dessa presença, muitas vezes marginalizada. O conjunto de textos é uma amostra de como é possível sair da visão eurocêntrica da sociedade ao promover a escuta sensível de outros atores sociais além dos que foram consagrados pela historiografia oficial, ao considerar as etnicidades na produção das memórias.

Convidando à leitura deste número da Revista Cadernos do CEOM, relembro as palavras de Prigogine, ao alertar que “as decisões humanas dependem das lembranças do passado e das expectativas para o futuro” e, nesse sentido deixo no ar a pergunta: que decisões implicam hoje a preservação do pluralismo cultural e a expectativa de uma sociedade que almeja cultivar o respeito pelo outro?

Boa leitura!

Nota

¹ Professora na Faculdade de Educação da UFRGS, Licenciada em História, Doutora em Educação (UFRGS) e PhD em Educação (UNICAMP).

² Grifos da autora.

Referências

BALANDIER, Georges. **A desordem**: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar** (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**, 12^a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PRIGOGINE, Ilya. **O nascimento do tempo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

PRIGOGINE, Ilya, *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno "Mais!", 30/01/2000.

ZAMBONI, E. (Org.). **Digressões sobre o Ensino de História**: memória, história oral e razão histórica. Itajaí: Maria do Cais, 2007, p. 9-18.

ZAMBONI, E. Valorização do educador e consciência histórica. In: FONSECA, S; ZAMBONI, E. **Espaços de formação do professor de história**. Campinas: Papirus, 2008, p. 241-259.